

biMestres

revista do 2º grau



Neste número:

Democratização do Ensino, Educação e Trabalho, Formação Profissional, Magistério, Constituinte, Ensino Técnico, Política Educacional, Cidadania, Educação e Mercado de Trabalho etc, etc, etc...

ano I número 1 outubro/86

P370-BMR
B611
n.1/1986
t.003815

publicação MEC/INEP-CENAFOR

Em questão

Puxando as muitas pontas e dilemas que formam esse nó — ensino profissionalizante/ ensino propedêutico, formação geral/ formação específica, adestramento técnico/ construção da cidadania —, Dermeval Saviani, da Unicamp-SP, propõe um novo fio condutor para a discussão: a politecnia.



O nó do ensino de 2.º Grau

Entrevista de **DERMEVAL SAVIANI**

PERGUNTA — Embora você venha trabalhando teoricamente com a educação como um todo, priorizando o 1º Grau, gostaríamos de saber o que você pensa em relação ao 2º Grau — esse emaranhado de interpretações que se encontra, atualmente, num momento de redefinição.

SAVIANI — De fato, do ponto de vista de uma proposta educacional global, o 2º Grau é o que se poderia chamar de um nó.

O 2º Grau tem ficado espremido entre o 1º e o 3º. E parece-me que há um movimento pendular nas discussões sobre esse grau de ensino: ora ele é concebido como ensino propedêutico, prepara-

tório ao ensino superior, o que supõe uma continuidade e, nesse sentido, o 2º Grau aproxima-se do modelo do 1º Grau; ora é pensado como ensino profissionalizante, recebendo uma função terminal, o que aproxima o 2º Grau do ensino superior, ao qual caberia a formação profissional. Nos dois casos, o que fica patente é uma falta de clareza sobre o papel do 2º Grau. Esse é o nó que precisa ser desfeito.

Eu distinguiria 2 níveis de entendimento do problema. Um é o da compreensão do papel, das funções de cada grau no sistema de ensino em nossa sociedade. Outro é o das condições reais de desenvolvimento de cada grau de ensino. Por exemplo, parece-me que há um certo consenso sobre o papel do 1º Grau, e as

dificuldades situam-se mais no nível das condições de realização plena de sua função. Já em relação ao 2º Grau, não se trata apenas de condições difíceis, mas de indefinição mesma da função desse grau de ensino.

Creio que essa indefinição decorre, no fundo, de como se vê a articulação entre ensino e trabalho.

Na verdade, todo sistema educacional se estrutura a partir da questão do trabalho, pois o trabalho é a base da existência humana, e os homens se caracterizam como tais na medida em que produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades. Trabalhar é agir sobre a natureza, agir sobre a realidade, transformando-a em função dos objetivos, das necessidades humanas. A sociedade se estrutura em função da maneira pela qual se organiza o processo de produção da existência humana, o processo de trabalho.

PERGUNTA – Concretamente como essa questão geral do trabalho se liga com a definição do papel do 2º Grau?

SAVIANI – Veja bem: o próprio ensino de 1º Grau está fundado sobre a realidade do trabalho. Em que consiste o currículo básico da escola elementar? Esse currículo consiste nos elementos básicos das ciências naturais, das ciências sociais e das ciências da linguagem, da comunicação.

Por que é preciso conhecer as leis que regem a natureza? Porque os homens, em função de suas necessidades, precisam agir sobre a natureza para transformá-la. Precisam, portanto, saber como está constituída a natureza, como se comporta, quais são as leis que a regem. É a partir do trabalho, portanto, que o homem coloca para si a necessidade de conhecer a natureza e sistematizar esse conhecimento em termos científicos. O ensino de 1º Grau difunde os elementos básicos desses conhecimentos das ciências naturais, para que o homem possa usá-los em seu relacionamento com a natureza. No caso das ciências sociais, trata-se do conhecimento sobre as relações entre os homens, as formas como os homens se organizam, e as regras de convivência que estabelecem, as quais vão implicar na definição de direitos e deveres. Por que é preciso conhecer mais a fundo essas relações? Porque o homem não produz sozinho, individualmente, suas condições de existência. Essa produção da vida humana é coletiva, é feita socialmente e de modo organizado. As relações entre os homens, as formas pelas quais se organizam, decorrem do grau de desenvolvimento dos meios de produção da existência humana. Daí, a necessidade de conhecer as instituições, as formas das relações sociais que estão na base do modo como os homens produzem sua própria vida. Quanto ao domínio da língua, do vernáculo, a necessidade de que todos os membros da sociedade dominem a linguagem escrita decorre do nível de desenvolvimento já atingido pela organização social, em função do processo de trabalho. A vida na cidade exige o domínio da língua escrita – e parece-me que foi por isso que se colocou a necessidade de universalização da escola básica nas sociedades onde a urbanização se desenvolvia: a escola básica deve ser estendida a todos porque transmite os requisitos necessários para que todos participem da vida nas sociedades urbanas e industriais.

“No 1º Grau não é necessário referências diretas ao processo do trabalho. Já no 2º Grau a relação entre ensino e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deveria ser tratada de maneira mais explícita”.

Como se vê, a organização da escola de 1º Grau está centrada no trabalho. Só que, nesse nível de ensino, o trabalho determina o conteúdo curricular de modo implícito. Não é necessário fazer referências constantes e diretas ao processo do trabalho. Já no 2º

Grau a relação entre ensino e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deveria ser tratada de maneira mais explícita. O saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho que lhe deu origem. Trata-se, então, de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho de maneira explícita – eis o papel fundamental do 2º Grau. Nesse grau de ensino não basta dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento, que resultam e contribuem para o processo de trabalho na sociedade; é preciso explicitar como o conhecimento (objeto específico do processo de ensino) como ciência, potência espiritual, converte-se em potência material no processo de produção.

PERGUNTA – Fala-se muito, hoje, sobre a diversidade do 2º Grau, ou sobre os “2ºs Graus”. Você veria então uma unidade possível no ensino de 2º Grau, dentro de toda a diversidade que o compõe atualmente?

SAVIANI – Entendo que essa diversidade do 2º Grau decorre da tentativa de organizá-lo a partir da questão da profissionalização, estruturando-o de acordo com o modelo do ensino superior. O 3º Grau organiza-se em função de determinadas profissões, fundadas num domínio intelectual mais amplo, no domínio de determinados ramos artísticos, científicos ou literários. Já o 2º Grau acaba envolvendo profissões que desempenham funções e papéis bem mais restritos no âmbito do mercado de trabalho – o 2º Grau tem assim o papel de complemento diversificado. Daí a tendência de multiplicar as habilitações até um número decididamente grande: o Parecer 45/72 do Conselho Federal de Educação relaciona mais de uma centena delas, deixando espaço aberto ainda para outras que viessem a surgir.

Isto já não ocorre quando se pensa o 2º Grau como ensino propedêutico. Neste caso, ele é organizado como ensino geral, sem

“No meu modo de ver, a atual pulverização, essa fragmentação do ensino de 2º Grau poderia ser superada se não se confundisse a relação entre educação e trabalho, entre saber e processo produtivo com profissionalização, como habilitação para funções específicas requeridas pelo mercado de trabalho”.

nenhuma ou com poucas divisões, como ocorria antes da Reforma do Ensino de 2º Grau (antes da lei 5692/71) em nosso país. Havia basicamente 3 ramos: o clássico, o científico e o ensino técnico, este dividido em 4 ramos (agrícola, comercial, industrial e normal).

No meu modo de ver, a atual pulverização, essa fragmentação do ensino de 2º Grau poderia ser superada se não se confundisse a relação entre educação e trabalho, entre saber e processo produtivo com profissionalização como habilitação para funções específicas requeridas pelo mercado de trabalho. Isto não significa valorizar e defender um ensino teoricista. Ao contrário, o ensino de 2º Grau deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre como o saber se articula com o processo produtivo. É importante que esse ensino seja organizado envolvendo a atividade prática, o trabalho manual; mas o trabalho e o conhecimento sobre os modos fundamentais por meio dos quais se desenvolve o processo produtivo na sociedade moderna. Captados esses modos fundamentais, o ensino deveria organizar-se de modo a garantir, para o conjunto dos alunos, a explicitação da relação entre o saber e o processo produtivo, entre ciência e produção.

Um exemplo de como a atividade prática pode contribuir para explicitar a relação entre ciência e produção é a transformação da madeira e do metal pelo trabalho humano. O trabalho com a

madeira e o metal tem imenso valor educativo pois apresenta possibilidades muito amplas de transformação. Envolve não apenas a produção da maioria dos objetos que compõem o processo produtivo moderno, mas também a produção de instrumentos com os quais esses objetos são produzidos. No trabalho prático com madeira ou metal, aplicando os fundamentos de diversificadas técnicas de produção, pode-se compreender como a ciência e seus princípios são aplicados ao processo produtivo, pode-se perceber como as leis da física operam para vencer a resistência dos materiais e gerar novos produtos. Faz-se assim a articulação da prática com o conhecimento teórico, relacionando-o no trabalho concreto realizado no sistema produtivo.

O ensino de 2º Grau envolveria o recurso das oficinas, em que os alunos manipulariam os processos práticos básicos da produção; mas não se trataria de reproduzir na escola a especialização que

“O horizonte que deveria nortear nossas reflexões sobre o 2º Grau seria o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas, utilizadas na produção e não o mero adestramento em técnicas produtivas”.

ocorre no processo produtivo. O horizonte que deveria nortear nossas reflexões sobre o 2º Grau seria o de propiciar aos alunos o **domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos.** Politécnica significa, aqui, especialização como domínio dos fundamentos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna.

Dentro dessa perspectiva, o ensino de 2º Grau trataria de se concentrar nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produções existentes.

Esta é uma concepção radicalmente diferente da que propõe um 2º Grau profissionalizante.

PERGUNTA – Em que nível você vê essa diferença entre sua concepção e a proposta vigente?

SAVIANI – A profissionalização, tal como é formulada correntemente, envolve o adestramento em uma determinada habilidade, sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade. Entendo que o ensino de 2º Grau deva preparar para que se compreenda não só a natureza das diferentes habilidades, como também que o trabalho produtivo concreto se desdobra em um grande conjunto de ações e técnicas diferenciadas. É essa a concepção do 2º Grau que me pareceria necessário desenvolver.

Essa concepção implicaria, a longo prazo, na generalização do 2º Grau – como formação necessária para todos, independentemente do tipo de ocupação que cada um fosse exercer na sociedade.

PERGUNTA – Nas condições de hoje, na situação atual da sociedade brasileira, o que é possível fazer em relação ao 2º Grau, articulado com todo o sistema de ensino?

SAVIANI – Essa concepção sobre ensino de 2º Grau é um ponto de referência a longo prazo. A curto prazo, teríamos ainda que caminhar bastante antes de poder viabilizá-la. Há certas mudanças sociais que necessitam ser desenvolvidas no âmbito político e econômico para que uma proposta de ensino de 2º Grau como essa possa se viabilizar.

No entanto, gostaria de salientar um fato concreto: grande parte dos nossos alunos, não apenas do 2º Grau, mas também das últimas séries do 1º, já trabalham. Isto é algo muito forte, muito

presente no âmbito do ensino noturno. Na verdade, o trabalho está entrando nas escolas por meio de seus alunos. Seria necessá-

“Na verdade, o trabalho está entrando nas escolas por meio de seus alunos”.

rio que as escolas capitalizassem esse dado real como elemento de articulação entre o ensino e o trabalho. Como grande parte dos alunos já vivem a experiência do trabalho, por que não partir daí para explicitar as relações entre o saber e o processo produtivo, assim como os problemas que surgem dessas relações? Esta realidade deveria ser alvo de atenta discussão por parte de todos os órgãos responsáveis pelo ensino, desde o MEC, passando pelas Secretarias de Educação, pelos Conselhos e pelas escolas, até chegar aos professores, para que se organizassem os conteúdos curriculares com base nessa realidade: os alunos do 2º Grau, na sua maioria, já exercem um tipo de trabalho determinado, já estão inseridos no processo produtivo. Mais ainda, seriam necessários investimentos para aparelhar as escolas, pois o 2º Grau, tal como está organizado, não dispõe de oficinas em que os alunos possam trabalhar, operar na prática com os fundamentos científicos de modo sistemático, organizado, sob a supervisão dos educadores.

Do ponto de vista prático, do que é possível fazer hoje, tendo como horizonte essa concepção de ensino de 2º Grau ligada à politécnica, considero que a realização dessa proposta enfrenta um conjunto de obstáculos. É preciso discuti-los e analisá-los, dentro da situação atual de conflitos, disputas e jogo de interesses presentes na sociedade brasileira, para que se elaborem estratégias de curto, médio e longo prazos, para avançar nesse caminho.

PERGUNTA – Nesse sentido, trabalhando há tantos anos na educação, como você vê a atual articulação da sociedade brasileira para a Constituinte, visando a melhoria do ensino público no país?

SAVIANI – Acho este momento muito importante; no entanto, acredito que não se devem depositar grandes esperanças no texto da nova Constituição. Não adiantaria muito fixar na Constituição, de forma razoavelmente detalhada, objetivos de grande alcance sem condições efetivas para sua implementação. A questão prin-

“O texto da nova Constituição deveria consagrar o dever do Estado para com a educação e, portanto, a prioridade do ensino público e gratuito em todos os níveis”.

cial é superar o hiato que tem existido em nosso país entre o texto da Constituição, a letra da lei, e a implementação de ações concretas no campo da educação. Parece-me, portanto, que a nova Constituição deveria, de um lado, consolidar determinadas conquistas e, de outro, não se constituir em obstáculo para novos avanços. O texto da nova Constituição deveria consagrar o dever do Estado para com a educação e, portanto, a prioridade do ensino público e gratuito em todos os níveis. Ao mesmo tempo, garantir os recursos necessários para que a educação seja, de fato, tratada como prioridade nacional – é importante que se fixem determinadas porcentagens de recursos a partir da Emenda Calmon, se possível elevando um pouco o que já está previsto nessa Emenda.